

ATA DA QUINQUAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 26-6-2017.

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, João Carlos Nedel, Mauro Pinheiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulo Brum e Tarciso Flecha Negra. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Aldacir Oliboni, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, José Freitas, João Bosco Vaz, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Matheus Ayres, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Maluco do Bem, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni e Sofia Cavedon. À MESA, foram encaminhados: o Substitutivo nº 01, de autoria de Cassiá Carpes, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 093/17 (Processo nº 0913/17); o Projeto de Lei do Legislativo nº 123/17 (Processo nº 1078/17), de autoria de Lino Zinn; o Projeto de Lei do Legislativo nº 135/17 (Processo nº 1164/17), de autoria de Márcio Bins Ely; e o Projeto de Lei do Legislativo nº 137/17 (Processo nº 1188/17), de autoria de Valter Nagelstein. Também, foram apregoados os Ofícios nºs 995 e 996/17, do Prefeito, encaminhando Mensagens Retificativas, respectivamente, aos Projetos de Lei do Executivo nºs 007 e 001/17 (Processos nºs 1635 e 1304/17, respectivamente). A seguir, foi apregoado Requerimento de autoria de Idenir Cecchim, Líder da Bancada do PMDB, solicitando, nos termos do artigo 218, § 6º, do Regimento, Licença para Tratamento de Saúde para Valter Nagelstein no dia vinte e seis de junho do corrente. Também, foi apregoado Requerimento de autoria de Tarciso Flecha Negra, solicitando Licença para Tratamento de Saúde do dia dezenove ao dia vinte e dois de junho do corrente. Em continuidade, por solicitação de Mônica Leal e Idenir Cecchim, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Rodrigo da Silveira e Asunción Ramacho Ortiz, respectivamente. Após, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Imanjara Alexsandra Marques de Paula, Presidenta da Cooperativa de Trabalho, Produção e Comercialização dos Trabalhadores Autônomos das Vilas de Porto Alegre Ltda. – Cootravipa –, que discorreu sobre notícias divulgadas em mídias recentemente e apresentou o histórico da Cooperativa. Também, o Presidente registrou a presença de Vergílio Frederico Perius e de Margaret Garcia da Cunha, convidando-se a integrem a Mesa dos trabalhos. Em prosseguimento, nos termos do artigo 206 do Regimento, Idenir Cecchim, Adeli Sell, Cassiá Carpes, Tarciso Flecha Negra, Rodrigo Maroni, Cláudio Janta, Luciano Marcantônio, Sofia Cavedon, Reginaldo Pujol e Paulinho Motorista manifestaram-se acerca do assunto tratado durante a Tribuna Popular. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Rodrigo Maroni e André Carús. A seguir, o Presidente concedeu a palavra, para considerações finais sobre o tema em debate, a Imanjara

Alexsandra Marques de Paula. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e dezessete minutos às quinze horas e dezoito minutos. A seguir, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Idenir Cecchim, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão, e foi iniciado o período de COMUNICAÇÕES, hoje destinado, nos termos do Requerimento nº 133/17 (Processo nº 1724/17), de autoria da Mesa Diretora, a assinalar o transcurso do vigésimo quinto aniversário da Associação Gaúcha de Familiares de Pacientes Esquizofrênicos – AGAFAPE. Compuseram a Mesa: Cassio Trogildo, Presidente; Marília Coelho Cruz, Priscila Guimarães e Leonardo Coelho Cruz, respectivamente Presidenta, Vice-Presidenta e paciente da AGAFAPE. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Idenir Cecchim, em nome da Mesa Diretora, e Aldacir Oliboni. Na ocasião, o Presidente convidou Idenir Cecchim a proceder à entrega, a Marília Coelho Cruz, de Diploma alusivo à presente solenidade. Também, o Presidente concedeu a palavra a Marília Coelho Cruz, que agradeceu a homenagem. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e quarenta e cinco minutos às quinze horas e quarenta e seis minutos. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Comandante Nádia, Dr. Goulart, Cassiá Carpes, este em tempo cedido por João Carlos Nedel, Dr. Thiago, em tempo cedido por Márcio Bins Ely, e Fernanda Melchionna, em tempo cedido por Prof. Alex Fraga. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Mauro Zacher e Sofia Cavedon. Após, foi apregoadado Requerimento de autoria de Mônica Leal (Processo Eletrônico nº 03815/17), deferido pelo Presidente, solicitando autorização para representar externamente este Legislativo no dia vinte e três de junho do corrente, na solenidade de posse dos novos dirigentes do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em Porto Alegre. Após, transcorreu o período de Grande Expediente, sem pronunciamentos. Às dezesseis horas e quarenta e cinco minutos, constatada a inexistência de quórum deliberativo, deixou-se de iniciar a Ordem do Dia. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 1ª Sessão, o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 007/17, discutido por Sofia Cavedon, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 019/17, discutido por André Carús, e os Projetos de Lei do Legislativo nºs 126, 129, 156 e 188/17. Às dezesseis horas e cinquenta e nove minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Cassio Trogildo e Mauro Pinheiro e secretariados por Mauro Pinheiro. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Idenir Cecchim, na condição de Líder da Bancada do PMDB e nos termos do art. 218, § 6º do Regimento, solicita Licença para Tratamento de Saúde para o Ver. Valter Nagelstein no dia 26 de junho de 2017.

O Ver. Tarciso Flecha Negra solicita Licença para Tratamento de Saúde no período de 19 a 22 de junho de 2017.

A SRA. MÔNICA LEAL (Requerimento): Sr. Presidente, esta Vereadora e a Ver.^a Comandante Nádia solicitam um minuto de silêncio pelo falecimento do

escrivão Rodrigo da Silveira, chefe de investigação da 2ª Delegacia de Polícia de Gravataí, morto durante a operação policial no dia 23, passado, em crime hediondo, que chocou toda a comunidade gaúcha. Nossa solidariedade aos familiares, aos amigos e aos colegas da Polícia Civil.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Esclareço também que, em nome da Mesa Diretora, encaminhamos ao Sr. Chefe de Polícia a nossa nota de pesar da Câmara Municipal, em nome de todos os Vereadores pelo falecimento desse policial.

O SR. IDENIR CECCHIM (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento da avó da nossa ex-colega Any Ortiz, a Dona Asunción Ramacho Ortiz.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Deferimos os pedidos.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Cooperativa de Prestação de Serviços dos Trabalhadores Autônomos das Vilas de Porto Alegre – Cootravipa, que tratará de assunto relativo à esclarecimento de notícias divulgadas em mídias recentemente, bem como apresentar o histórico da Cooperativa e sua importância social para a comunidade de Porto Alegre.

Convido a fazer parte da Mesa o Sr. Vergílio Frederico Perius, Presidente do sistema OCERGS; a Sra. Margaret Garcia da Cunha, Presidente da Fetrabalho/RS.

A Sra. Imanjara Alexsandra Marques de Paula, Presidente, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

A SRA. IMANJARA ALEXSANDRA MARQUES DE PAULA: Saudações cooperativistas a todos. Inicialmente, gostaria de cumprimentar o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, Ver. Cassio Trogildo, que tão gentilmente nos recebeu nesta Casa; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, parceiros e colegas associados da Cootravipa. Estamos aqui para mostrar quem somos. Nas últimas semanas, a Cootravipa tem sido vítima de uma campanha difamatória em alguns órgãos de imprensa, questionando nossa atuação e lisura. Como uma cooperativa social, por mais que insinuem o contrário, não possuímos recursos financeiros para comprar um espaço relevante nos meios midiáticos, por isso estamos utilizando a Tribuna Popular na Casa do Povo, este espaço democrático de comunicação, para nos fazer ouvir de forma imparcial. Desde a nossa fundação, em 1984, nos consolidamos como uma cooperativa que tem em sua essência promover a inclusão e o resgate da dignidade através do

trabalho e da geração de renda. Somos reconhecidos pelos órgãos de representação do cooperativismo brasileiro, sendo referência nacional no cooperativismo de trabalho. Somos duas mil famílias, não pessoas, senhoras e senhores, mas famílias: pais, mães, irmãos, filhos, que têm na cooperativa, muitas vezes, sua única fonte de renda. Cumprimos nossa função social, que seria competência do Estado, pois sem discriminação de raça, sexo, credo ou origem, acolhemos a todos. Na nossa trajetória, nunca gozamos de nenhum tipo de privilégio, nem nunca dependemos da boa vontade de ninguém para subsistirmos. Ao contrário, sempre fomos vítimas de preconceito e discriminação. Nosso espaço foi conquistado com o suor do trabalho duro e honesto de cada cooperado. Espaço este que não é fruto de demagogia ou oportunismo, mas sim resultado de mais de três décadas de atuação e compromisso junto às nossas comunidades tão excluídas e marginalizadas. É resultado da crença de que, através do trabalho e da união pelo mesmo objetivo, podemos nos tornar protagonistas da nossa própria história. Hoje, atuamos em diversas frentes de trabalho. Em todos os contratos sempre seguimos com seriedade, comprometimento e transparência na execução de nossos serviços.

Aqui quero esclarecer que não cabe a nós, prestadores de serviços, gerenciarmos as demandas a serem executadas ou fiscalizarmos o resultado do nosso próprio trabalho, porque isso seria incoerente. A obrigação da fiscalização dos nossos serviços contratos é única e exclusivamente do ente público contratante, e não admitimos imputar a nós essa responsabilidade, pois somos executores dos serviços demandados e contratados. O nosso compromisso reside em prestar os serviços conforme solicitados, da melhor forma possível, e remunerar nossos cooperados de acordo com cada contrato. É bem verdade que, como toda e qualquer organização de pessoas, podemos nos deparar com problemas pontuais isolados, mas o desconhecimento deles não nos torna coniventes, para isso possuímos um conselho de ética eleito e atuante que avalia e penaliza com rigor toda as más condutas que venham a prejudicar a operação de nossa cooperativa. Nunca nos fizemos omissos a qualquer tipo de regularidade notificada; ao contrário, agimos sempre de forma rápida e assertiva adotando as medidas corretivas e preventivas necessárias ao bom andamento dos nossos serviços.

Conquistamos o direito à execução de cada contrato através de concorrências públicas onde há livre participação de qualquer empresa cumprindo de forma transparente todas as etapas exigidas. Por isso não nos intimidamos com queira denegrir nossa imagem, nossos 30 anos de história falam por si só, possuímos todas as informações e comprovações necessárias a qualquer questionamento que possa vir a ser feito de nossa conduta. E, se preciso for, provaremos a lisura de nossa atuação em todas as instâncias que possam cabíveis. Somos uma nova diretoria eleita composta de três mulheres, temos como compromisso primar pela ética e transparência em todas as ações desempenhadas pela cooperativa. Sempre nos colocamos à disposição para prestar esclarecimentos bem como apurar qualquer má intenção. Estamos sempre prontos para a verdade, mesmo que não queiram saber da nossa verdade, e sim deturpá-la com intuítos escusos. Temos consciência de que prestamos um serviço pago pelos impostos

de cada contribuinte, não somos ladrões, nem usurpadores do que é público, mas, sim, trabalhadores e ganhamos nosso sustento honestamente. Por isso nosso compromisso é com os nossos cooperados, mas principalmente com o associado e com a sociedade da qual fazemos parte.

Convido, neste momento, a todos os presentes para assistirmos a um vídeo gravado por nossos cooperados que mostra o que foi e o que é a Cootravipa na vida deles.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Sra. Imanjara, vou pedir que a senhora continue, porque, infelizmente, o vídeo não está compatível com o nosso programa, infelizmente não vamos poder assistir. Ofereço a palavra para que continue sua manifestação.

A SRA. IMANJARA ALEXSANDRA MARQUES DE PAULA: É uma pena, porque nossos cooperados, voluntariamente, se dispuseram a fazer o depoimento, mas, enfim, vamos postar o vídeo no nosso Facebook para quem quiser ver mais tarde. Senhoras e senhores, já fazemos parte do cenário de Porto Alegre, pois é notória nossa presença zelando pelo bem-estar de nossa Cidade. Isso é motivo de grande orgulho, pois através deste trabalho que milhares de famílias tiram seu sustento, gerando renda e contribuindo para o desenvolvimento econômico de nossa Cidade.

Finalizando, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, garanto que seguiremos em frente, sendo, como sempre, parceiros de nossa Cidade e da atual gestão pública, fazendo jus ao nosso lema: “A União que deu certo”, provando a força de nosso trabalho, o poder do autêntico espírito cooperativo. Nos colocamos desde já à disposição desta Casa do povo e, por consequência, de todos nós. Muito obrigado a todos. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Convidamos a Sra. Imanjara a fazer parte da Mesa. O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sra. Imanjara Alexsandra Marques de Paula, Presidente da Cootravipa, muito boa a sua fala; meu querido amigo Vergílio Frederico Pires, que é uma grande autoridade no cooperativismo; e se ele está aqui, Sr. Presidente, é porque ele acredita na Cootravipa; queria também cumprimentar a Margaret Garcia Cunha, que é a Presidente da Fetralho/RS, cumprimentos; e um alô especial para aquela gente importante que está lá. (Mostra as galerias.) Eu digo importante, Sr. Presidente, foi uma pena o vídeo não ter dado certo, mas também quero dizer para senhora, que a cidade de Porto Alegre não precisa assistir ao vídeo e nem que a gente

fale aqui no microfone da importância do trabalho da Cootravipa, das cooperativas de trabalho. Se há alguma coisa errada na contratação ou não, as únicas pessoas que não podem perder emprego, perder o trabalho, são eles. Então, cumprimentos e vida longa a quem trabalha na Cootravipa. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. ADELI SELL: Como já foi dito em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, PT, da nossa Líder, Ver.^a Sofia Cavedon, Ver. Aldacir Oliboni, Ver. Marcelo Sgarbossa e eu, queremos saudar o Presidente e saudar de modo especial de modo especial o Professor Vergílio, saudar a Imanjara pela sua fala, a Margaret e dizer que se o trabalho é feito pela Cootravipa, por outra empresa, a postura do Vereador, ela tem que ser igual, não pode ser discriminatória, ela tem que fiscalizar a Cootravipa, a empresa x, y e a z. essa é a tarefa dos Vereadores. Assim que nós nos pautamos, nós também não gostamos Imanjara da visão unilateral da grande mídia. Acho que a mídia deveria, não só num determinado momento, fazer alguma ação investigatória aprofundada. Mas eu gostaria que a mídia tivesse-se antecipado a um conjunto de problemas de Porto Alegre e acompanhado as coisas de Porto Alegre como devem ser acompanhadas e não num caso específico ou noutro. Por isso que nós temos sistematicamente criticado a grande mídia que sempre tem a sua visão, mas vocês têm que fazer o que estão fazendo hoje aqui: falando diretamente aos 36 Vereadores, vindo outras tantas vezes para falar com o Sr. Presidente, nas nossas Comissões, com os Vereadores. E também nos convidem para que a gente possa acompanhar um dia inteiro de trabalho numa ponta, noutra ponta da Cidade, como eu vejo sistematicamente o trabalho. Nós somos vigilantes, nós não somos pessoas que se pautam por passionalismo, muito menos nos pautamos pela grande mídia. Nós nos pautamos pela verdade, e a verdade há de sempre aparecer. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. CASSIÁ CARPES: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Se o Vergílio está junto nesta empreitada, pode ficar tranquilo que nós estamos confiantes, porque conhecemos, desde a Assembleia, o seu trabalho maravilhoso. Meus parabéns a vocês. Quero dizer aqui até porque aqui muitos Vereadores foram Secretários e eu posso fazer um paralelo de quando eu era Secretário de Obras, que vocês só faziam a questão do lixo na Cidade. Mas isso prova, todos vocês trabalhadores, se vocês não fizerem esse trabalho hoje, a Prefeitura para, a Cidade para.

(Palmas.) Porque vocês fazem um trabalho maravilhoso. Então, é importante dizer isso. mas sempre esta Câmara, nestes momentos, ela houve, ela dá opinião. Aqui é a Casa do Povo, são 36 Vereadores, e eu concluo, em nome da minha bancada, que vocês prestem mais contas para nós no sentido da informação. Isso é muito bom para nós, Presidente, muito bom, porque a gente vai se inteirando desse trabalho maravilhoso e que contempla milhares de famílias em Porto Alegre. Não são só os trabalhadores, tem a família, tem os vizinhos, enfim, tudo aquilo. Se vocês não tinham *know-how* lá atrás, hoje vocês começam a ter *know-how* pela obrigação que vocês têm. Eu me lembro, vou citar um fato aqui. Na Rua da Praia tinha um buraco na frente do Rua da Praia Shopping. Eu passei mais de dois meses reivindicando - não me lembro se ao DEP ou ao DMAE, quando é esgoto é o DEP, quando é água, o DMAE -, e quem foi lá tapar o buraco? A Cootravipa! Surpreendeu-me, eu achei até que a Prefeitura teria condições de tapar o buraco, e vocês foram lá, foi a única forma, e isso mostra a qualidade e a atenção que vocês têm com a Cidade. Os órgãos foram perdendo seu *know-how*, sua qualidade, e a Cootravipa foi entrando com estrutura, com trabalhadores honestos, corretos, e, sem dúvida, faz crescer a geração de empregos na Cidade. Parabéns a vocês, contem com a nossa bancada e com a Câmara. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu acredito naquilo que eu vejo; eu moro no centro há 14 anos e vejo o trabalho desses nossos irmãos, um trabalho lindo, maravilhoso. Como disse o Cassiá, se não fosse isso, Porto Alegre seria um horror. Porto Alegre é uma cidade que nós adoramos, que nós amamos, e eles fazem um trabalho como se fosse nas suas casas. Não vou me alongar muito, mas digo uma coisa para vocês: contem com o PSD, contem com este humilde Vereador, que lutarei junto com vocês. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, e, depois, prossegue em Comunicação de Líder.

O SR. RODRIGO MARONI: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu estava lendo o histórico de vocês, e não teria como não gastar meu tempo de liderança falando do trabalho de vocês. Estava lendo aqui que a Cootravipa trabalha com idosos, ex-apenados do sistema penitenciário, portadores de HIV, portadores de doenças neurológicas e psiquiátricas, ex-dependentes químicos, ou seja, talvez um dos maiores exemplos que se pode citar de toda a exclusão da sociedade. Um País como o

nosso, com 14 milhões de desempregados, em que o mercado cobra alternativas e, inclusive, coloca... O que eu mais escuto é “não trabalha quem é vagabundo”, criminalizando pessoas que não têm alternativa. No nosso País, o índice de miséria é gigantesco; a renda familiar da maior parte da população – 70% da população – é em torno de R\$ 1 mil. Qualquer iniciativa de cooperativa é fundamental para dar exemplo, inclusive, para a política, para a política pública e para a ausência de política pública.

Quero fazer uma saudação muito especial aos trabalhadores e dizer que aqui envolve não só uma cooperativa, mas diversos temas que têm que ser debatidos pela população e pela política, mas que não são debatidos, infelizmente. Qual é o mercado que tem para essas pessoas? Quem hoje, sendo idoso, entra na fila de emprego e consegue emprego? Quem hoje consegue emprego sendo portador de HIV ou portador de doenças neurológicas? São os excluídos, e, infelizmente, os excluídos são a maioria. Por isso, eu quero fazer uma saudação muito especial, dizer que não só é fundamental o trabalho da Cootravipa, mas um exemplo, uma referência, algo que tem que ser copiado, porque as cooperativas acabam sendo a alternativa dos pobres e de quem quer trabalhar, a única alternativa. Infelizmente, o mercado não tem espaço para todo mundo. Lamentavelmente, o nosso quadro de desempregados é muito grande. Eu fico realmente emocionado com o trabalho da Cootravipa, mais ainda de estar lendo aqui sobre isso. Quero dizer que espero que, no futuro, nós tenhamos outras cooperativas – muitas outras cooperativas! –, que talvez sejam uma alternativa para se discutir e incluir pessoas no mercado de trabalho. Nós vivemos num País que, infelizmente, tem andado para trás. Eu não falo de um Governo ou de outro, fazendo uma crítica específica, eu digo, inclusive, como reflexo da sociedade.

Eu quero dialogar também com o pessoal da Fazenda, fazer uma saudação aqui muito especial. Acho que o que vocês vêm trazer aqui é um tema de muita relevância. Eu estava pensando – inclusive, conversei com o pessoal ali no gabinete da liderança, o pessoal que sempre vem aqui fazer a discussão – e acho que a lógica da Cootravipa, que tem que ser um exemplo, também tem que ser citado por vocês. O que vocês vêm trazer aqui é justo. É justo! Não tem como dizer que não é justo. É justo, é digno e é fundamental. Vocês estão organizados para tratar de direitos do trabalhador. E infelizmente, a lógica no Brasil, e eu acho que isso aqui a gente tem que tratar, estavam os servidores aqui, na semana passada, não é puxar para baixo. Que bom seria se professores, guardas municipais, se lixeiros, se pessoas que constroem a Cidade, ganhassem um bom salário! Eu estou errado? Eu quero perguntar. A gente discute qualidade no serviço público, qualidade para a população, tu não pode discutir para baixo, o parâmetro tem que ser para cima, para as pessoas terem acesso. E isso é fundamental, sem dúvida nenhuma, gerando economia, dando bons salários para as pessoas. Eu sou filho de funcionário público, e digo, minha mãe ficou com quase 20 anos de arrocho salarial, e naturalmente, os maiores índices de depressão, de alcoolismo, são no funcionalismo público, que muitas vezes não tem nenhuma motivação para trabalhar, e aí entra dentro da lógica de mercado. E hoje nós temos, para vocês terem uma ideia, a imensa maioria da minha geração, e aí entra o papel da cooperativa, querendo fazer concurso público! Ontem eu fiquei até meia noite

discutindo com a minha irmã, porque ela está querendo fazer concurso para ser Auditora da Receita, para poder ter estabilidade na vida! Como ela, de dez colegas, nove que se formam em qualquer curso não têm alternativa.

Então, eu quero dizer aqui e manifestar a importância da organização do pessoal da Fazenda por estar sempre aqui organizado, mobilizado, inclusive agora eu fiquei sabendo que conseguiram o apoio do Sindicâmara, entre outros, que estão aqui representados. E é fundamental a política defender isso: qualidade nos serviços públicos, com valorização dos servidores, e fundamental, também, o papel das cooperativas, como a Cootravipa, para o Brasil, fundamental! Vocês são exemplos da falta de alternativa que se tem hoje de política pública e de emprego. Por fim, eu queria só pedir, na verdade, fazer uma manifestação com relação à questão do que eu trabalho, que aí, gente, é a ausência total da política pública. A imensa maioria dos municípios não tem sequer um departamento, ou um funcionário, para responder pelos animais. Eu falo isso, muita gente, inclusive, me ridiculariza, dizem que estou defendendo algo que não é prioridade, se falta dinheiro para tudo: para saúde, para educação, para servidores, para a segurança. Eu quero dizer a vocês e reafirmar que, para os animais, está no negativo. Inclusive eu recebi quatro o cinco cães numa Kombi trazidos pelo pessoal da Cootravipa, a cerca de seis meses atrás, que alimentavam os animais no seu local de trabalho. Há ausência de políticas públicas para os animais, se falta para nós, mas eles são invisíveis para a sociedade. Os animais de rua não são tratados, se têm dono, alguém trata. A expectativa de vida de um animal de rua é de um ano e meio, gente, um ano, um ano e meio, porque eles vão ao lixo e comem –vocês que trabalham com eles sabem – comem lata, papel, acabam tendo tumor e não duram um ano e meio. Por isso eu faço uma batalha diária não só em Porto Alegre, mas em várias cidades de País para defender os animais, e quero dizer que não tenho condições de ser unísono, nós precisamos fundamentalmente da sensibilidade da sociedade, que entenda que, por trás daquele olhar – e sempre digo que quem não consegue observar por trás de um olhar de um animal, jamais vai ter sensibilidade com outro. Quem não consegue entender que por trás daquele olhar pode ter sofrimento... colocaram uma câmara num animal de rua e ficaram gravando-o por 12 horas, ele foi escorraçado, tomou paulada, bebeu água da poça, futricou lixo, foi quase atropelado e essa é a realidade de milhares e milhares de animais por falta de política pública. Não tem nada, em quase todas as cidades do País, não nada, nem um indivíduo para dizer que responde pelos animais. E aí vem um mau exemplo de um político de Ituiutaba que falou sobre a alternativa que para nós que somos protetores chega diariamente. Sabem qual é a alternativa que ele falou? Comer os animais e cachorros como se faz na China. O Ver. Wellington Arantes, de Ituiutaba, Minas Gerais, deu um depoimento dizendo que a forma de eliminar o problema do abandono dos animais de rua, seria fazer como os chineses: comê-los. Então, quero dizer que infelizmente isso não é só aqui, em Quarai foi votado no ano passado e depois foi retirado, que todo animal de rua sem dono iria para a eutanásia. Então, a alternativa mais fácil que se faz com o povo, que se faz com o servidor, vocês imaginem que para os animais é muito pior! Então, peço a sensibilidade, discutam em casa com os filhos, porque se nós vivemos num Brasil medieval, num Brasil de pessoas atrasadas e,

infelizmente, com falta de política pública por conta de falta de educação, se nós não discutirmos em casa, não vamos ter um futuro melhor, se nós não discutirmos cooperativa, não discutirmos o papel dos funcionários públicos e não discutirmos os animais, os nossos filhos e os nossos netos vão pagar um preço muito maior. Aquele cientista disse que a humanidade caminha para não ter 30 anos de vida, e sabem quem é o grande culpado disso? É a própria humanidade. Sabem quem faz o mar subir à terra, sabem quem faz o egoísmo, individualismo e uma sociedade que pensa só no seu umbigo? Para nós mudarmos isso, temos que conscientizar os filhos, porque a nossa geração, e aí digo, já está ralada. Nós pagamos um preço altíssimo pela falta de consciência e pelos valores invertidos que têm hoje. Então aclamo cada um aqui a chamar a sua criança interior, porque criança não tem maldade, é como animal, e a partir da sua criança interior pensar se aquela criança lá faria o que estou fazendo, cometeria o que estou cometendo, teria os valores que tenho? Tenho certeza de que a maior parte da humanidade boa que tem estão nas crianças e animais. Parabéns à Cootravipa, parabéns à Secretaria da Fazenda, parabéns e podem contar conosco. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. CLÁUDIO JANTA: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Queria dizer que uma instituição como a Cootravipa, que tem milhares de trabalhadores, não pode levemente ser acusada na imprensa de prestar um mau serviço para a cidade, não pode por um ou dois funcionários, que talvez tenham feito alguma coisa errada ou talvez até receberam ordem para fazer essa errada, uma instituição que emprega pessoas que estão fora da empregabilidade, fora do mercado de trabalho, que estão no regime de prisão semiaberto, pessoas completamente fora do mercado por falta de escolaridade, hoje em dia para tudo se exige isso, uma instituição que vem atuando há mais de 32 anos, não pode simplesmente, por causa de uma reportagem, que não se sabe ainda o que tem por trás disso. Daqui a pouco querem penalizar a Cootravipa para trazerem uma empresa para cá, para administrarem tudo que a Cootravipa faz? Então, acho que se formos atrás de reportagens, a Prefeitura tem que ser proibida de contratar qualquer empresa que não recolha Fundo de Garantia, que não pague a Previdência, que não recolha imposto de renda.

Essas reportagens que nós queremos ver na TV, e não reportagens sobre uma instituição construída pelo povo, para o povo, que vem prestando um grande serviço à cidade de Porto Alegre, à população de Porto Alegre, e está presente em todas as vilas, em todos os bairros da Cidade.

Queremos dizer que estamos juntos com a Cootravipa, junto com os seus trabalhadores, e se tem alguma coisa errada, com certeza a Cooperativa e os seus

membros irão resolver, e esta Casa está aberta para ajudar. Vida longa para a Cootravipa.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Luciano Marcantônio está com a palavra, nos termos do artigo 206 do Regimento.

O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO: Em nome da bancada do PTB, quero saudar a presença da Sra. Imanjara, do Sr. Vergílio, da Sra. Margaret, e dizer do nosso reconhecimento pelo trabalho responsável e competente que a Cootravipa faz aqui em Porto Alegre. Qual empresa que consegue abrir dois mil postos de trabalho, gerando renda para mais de duas mil famílias? Vocês merecem toda a nossa solidariedade. Contem com o PTB. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra, nos termos do artigo 206 do Regimento, pela oposição.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Obrigada, Vereador-Presidente. A oposição é composta pelo PSOL e PT, e queria cumprimentá-los em nome destes dois Partidos. Dizer que conhecemos a Cootravipa de muito tempo, e quando eu era Secretária de Educação, a Cootravipa tinha o contrato da SMED. Lembro-me muito bem – isso foi em 2003, 2004 – de como era importante a parceria da Cootravipa, porque era aquele estica e puxa, do cobertor curto, das dificuldades de contratos. Quero dar este depoimento ao lado da luta que sempre fiz aqui – vocês conhecem essa luta, sabem que não avançamos onde queríamos – para que, primeiro, nunca as cooperativas fossem impedidas de participar de licitação, porque essa era a posição do Ministério Público do Trabalho. Criticavam a minha lei, em que eu colocava propostas e exigências na licitação, porque viabilizava as cooperativas. Eu entendia que, sim, o sistema cooperativado tem que ser preservado, tem que ser valorizado, tem que ter capacidade de disputar licitação. Dizer à Cootravipa que eu li, acho muito importante todos esses elementos que a Cootravipa nos ofereceu de esclarecimento. Aqui fica muito claro que houve e há um problema de gestão na Prefeitura de Porto Alegre, de capacidade de largar, orientar e fiscalizar o serviço. E aí os nossos colegas funcionários do quadro são fundamentais. E houve um desmonte da capacidade da Prefeitura, inclusive, de contratar serviços. Acho importante chamar a atenção que muitas vezes vocês não ganharam em primeiro lugar, vocês foram chamados em segundo e terceiro lugares, porque as primeiras foram desclassificadas, sempre suprimindo a necessidade da Prefeitura.

Então eu acho que é muito perverso o que estão fazendo de desgaste e de criminalização da Cootravipa. Tem problema de gestão na Prefeitura de Porto Alegre,

vocês aqui humildemente reconhecem que tem problemas operacionais, mas a questão da transparência, da vontade de prestar serviço, a característica inclusiva são muito fortes na Cootravipa. Vocês têm em nós uma parceria para melhorar, atender e tratar bem cada vez mais o funcionário cooperativado, para que não tenha tanta diferença com os demais funcionários. Mas uma cooperativa com essa história tem que ser preservada e tem que ganhar investimento e capacidade do Município em fazer uma boa gestão. Aí, eu tenho certeza, não vai ter problemas nessa ordem. Parabéns pela história da Cootravipa.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. REGINALDO PUJOL: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu tenho, junto com o Dr. Thiago, de certo modo uma alegria e de outro uma emoção. Há 32 anos, eu era Diretor-Geral do Departamento Municipal de Habitação, e o xerox do estatuto da cooperativa, por solicitação do Gordo e da Gorda, que eram da associação da Orfanotrófio, foi feito no meu gabinete; e a redação daquele estatuto teve algumas alterações de adequação legal, que o Dr. Marino da Cunha Rosa, meu coordenador jurídico, o fez a meu pedido naquela ocasião. Eu sempre acreditei no cooperativismo. E, hoje, quando vejo algumas tentativas, Ver. Dr. Thiago, de desmerecer o trabalho da Cootravipa, fico a imaginar como se sentem as pessoas injustiçadas em ocasiões como essa. A Cootravipa -, na grande maioria - tem restrições porque cresceu demais, está muito sólida, está muito forte. O que eles queriam eram cooperativas fracas, incapazes de promover a sua atividade. Se Cootravipa, como o próprio nome diz, é uma cooperativa dos trabalhadores das vilas de Porto Alegre, a primeira responsabilidade que tem que ter é assegurar trabalho para os trabalhadores de Porto Alegre. Quando vejo essa quantidade imensa de camisetas, de jaquetas, de uniformes laranja pela cidade de Porto Alegre, eu me sinto orgulhoso de ter contribuído no início da Cootravipa – Deus me deu essa graça. E agora, quando já estou me encaminhando para o final, a parceria com o Dr, Thiago, médico, grande colaborador da Cootravipa, eu entrego ao Dr, Thiago, como Democrata que sou, a responsabilidade de levar ao fim, ao glorioso fim da vitoriosa Cootravipa, que vai continuar abrindo postos de trabalho para os trabalhadores verdadeiros de Porto Alegre. E num País, onde se fala na precarização do trabalho, onde se louva o Bolsa Família, eu louvo o trabalho que a Cootravipa oferece para a cidadania de Porto Alegre. Por isso, pedindo escusas ao Presidente, querendo até que faça coro comigo o Dr. Thiago, neste microfone, eu digo: beleza, querido; vamos em frente. A Cootravipa nasceu forte e será mais forte ainda.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. André Carús está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, servidores municipais que acompanham a Sessão de hoje e também os trabalhadores vinculados à Cootravipa; queria cumprimentar à Mesa, que hoje é composta em função da Tribuna Popular: Imanjara, que é a Presidente da Cootravipa; a Margaret, da Fetralho/RS; e o Dr. Virgílio Perius, que no sistema OCERGS-Sescoop tem sido um grande parceiro, que impulsiona o cooperativismo como um setor gerador de renda, oportunidades e responsável também pela produção do nosso Estado, que muito deve ao cooperativismo. E quando fui gestor do DMLU, tivemos lá grandes parcerias que resultaram em benefício para a comunidade. Vim aqui por cedência de tempo da Liderança do PMDB – a nossa bancada é liderada pelo Ver. Idenir Cecchim –, pela relevância do tema que se trata na tribuna. E nós temos, hoje, a possibilidade de ter um instrumento tão democrático, como a Tribuna Popular da Câmara – eu tenho certeza que ela deve abrir para que todos os segmentos aqui se manifestem.

E dou o testemunho dos quatro anos em que estive na direção do DMLU, e dos últimos quatro anos; e hoje os atuais dirigentes aqui se encontram, são testemunhas disso. Nos últimos quatro anos, nós tivemos grandes dificuldades enfrentadas pela Cidade, como temporais, tempestades, alterações climáticas que exigiram muito da limpeza pública, exigiram muito dos trabalhadores que atuam na limpeza urbana. Mas o que mais nos exigiu, nesses quatro anos, foi a transparência e a probidade com que nós gerimos o Departamento Municipal de Limpeza Urbana. E essa transparência, essa responsabilidade, e essa probidade nos permitiram devolvermos para a população de Porto Alegre bons contratos, economizando recursos públicos e fazendo com que esses contratos pudessem atender a real demanda por limpeza e conservação da nossa Cidade. Se um ou outro problema ocorreu, bom, o Poder Público responde na medida que exerce o seu poder de fiscalização. Quando assumi o DMLU em 2013, em abril daquele ano, nós fomos até o Prefeito Fortunati e revogamos uma licitação que se encontrava judicializada, foi o que nos deu tranquilidade para trabalhar. E ao revogar aquela licitação judicializada, abrimos outras seis, com o apoio de muitos que estão aqui da receita municipal e da Procuradoria da Fazenda. E lá não tivemos nenhum questionamento, devolvemos seis novos contratos, que hoje estão atendendo a demanda da Cidade. Duplicamos a coleta seletiva, duplicamos a coleta automatizada, tiramos da emergência o contrato da coleta domiciliar, que tinha trinta caminhões, hoje tem 90; fizemos com que a população pudesse enxergar, na região central, um serviço que, até então, não existia, que era da própria coleta seletiva, entre outras tantas conquistas. E alcançamos esses resultados, cumprimos todas as metas com que nos comprometemos nos quatro anos do contrato de gestão com a Prefeitura, porque sabíamos que o DMLU deveria sair da página policial e ingressar na página das boas notícias da Cidade. E a nossa gestão pode ser reconhecida por isso e não por outras questões, e tenho certeza de que a Cootravipa cumpriu um papel importante, porque são pessoas dedicadas, abnegadas, que fazem do seu dia a dia o sustento de suas famílias, e talvez encontrem

somente na cooperativa uma oportunidade de inserção ou reinserção à sociedade. Então, venho até esta tribuna com muita honra, meus colegas de bancada autorizaram que ocupasse o espaço de Liderança para reafirmar que a Cidade precisa muito de pessoas como os trabalhadores vinculados à Cootravipa, assim como a Cootravipa, que precisa que oportunidades sejam abertas.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Paulinho Motorista está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. PAULINHO MOTORISTA: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu falo em meu nome e em nome do Ver. Airto Ferronato, bancada do PSB; eu mesmo posso dizer que, há bastante tempo, acompanho o trabalho da Cootravipa, porque todos sabem que, por 24 anos, fui motorista de ônibus, do que me orgulho muito. Sempre andando pelas estradas, pelas avenidas, observando o grande trabalho da nossa Cootravipa. Muitas vezes, até parava o ônibus para que eles atravessassem com seus carrinhos. Eu sempre falo para as pessoas que elas têm que ter educação, paciência, quando a gurizada está limpando o canteiro e está passando para outro, porque aquelas pessoas estão lá limpando a nossa Cidade. Então temos que também ter um olhar especial para essa turma da Cootravipa. Vida longa para a Cootravipa! Falo em meu nome e em nome do Ver. Airto Ferronato. Um abraço a todos, pessoal.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Sra. Imanjara Alexsandra Marques de Paula está com a palavra para as suas considerações finais.

A SRA. IMANJARA ALEXSANDRA MARQUES DE PAULA: Bom, senhoras e senhores, queremos, em nome da Cooperativa, agradecer e dizer que nós vamos continuar marcando presença em nossa Cidade. Vamos continuar varrendo, coletando, pintando, lavando, zelando pela nossa Porto Alegre. E quero dizer para nossos cooperados, que muitos se abateram nesses últimos dias, que nós não estamos sós, somos um exército de pessoas unidas por um ideal, que é a geração de renda e o resgate da cidadania através do trabalho digno. Estamos aqui e sempre estaremos, independente das perseguições e obstáculos que venham a surgir, nós já somos mais do que vitoriosos. Quero agradecer a todos os Vereadores, a todos os senhores e senhoras que nos escutaram, uma boa tarde a todos e saudações cooperativistas a todos. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Quero agradecer a presença do Sr. Vergílio Frederico Perius, Presidente da OCERGS; da Sra. Margaret Garcia Cunha, Presidente da Fetrabalho/RS, e da Sra. Imanjara Marques de Paula, Presidente da Cootravipa, e dizer que nós temos, Ver. Cecchim, a dimensão do que representam as cooperativas pelo País, não só as cooperativas de trabalho, pois a OCERGS congrega não somente essas, e colocar também o quanto é importante o trabalho que faz a Cootravipa em Porto Alegre.

Então, queria parabenizar a nova direção da Cootravipa, que eu não conhecia, esteve nesta Casa nos procurando na presidência, visitaram o plenário por duas vezes para também trazer o material previamente e trouxeram esta bela mobilização aqui de trabalhadores cooperativados que todos os dias trabalham pelo bem da Cidade. Vida longa à Cootravipa, parabéns. Este plenário, esta Casa está sempre à disposição de todos vocês. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h17min.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 15h18min): Estão reabertos os trabalhos.

O SR. IDENIR CECCHIM (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Comunicações. Após retornamos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje este período é destinado a assinalar o transcurso do 25º aniversário da Associação Gaúcha de Familiares de Pacientes Esquizofrênicos – Agafape, nos termos do Requerimento nº 133/17, de autoria da Mesa Diretora.

Convidamos para compor a Mesa: a Sra. Marília Coelho Cruz, Presidente da Agafape; a Sra. Priscila Guimarães, Vice-Presidente e Assistente Social da Agafape, e o Sr. Leonardo Coelho Cruz, paciente.

O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra em Comunicações e falará em nome da Mesa Diretora.

O SR. IDENIR CECCHIM: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Temos nessa Mesa, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, uma mãe, um paciente e uma cuidadora, que é a Vice-Presidente. Essa associação é feita e dirigida com o coração, não é uma associação para ter lucro, não é uma associação para

ter fama, é uma associação para cuidar de pessoas, e, principalmente, é uma associação de autoajuda e de ajuda mútua de pacientes ou de familiares que possam se ajudar no dia a dia.

Não preciso falar muito desta tribuna, minha querida Presidente Marília; nós devemos ouvi-la, ouvir sobre o grande trabalho que a Agafape faz nesses 25 anos, não só com os seus familiares, mas com os seus e com os outros – familiares e pacientes. Eu acho que é assim que tem que ser: trabalharmos com o coração, com a alma, principalmente trabalhar com amor. E com relação a isso vocês têm muito a nos ensinar, do que é trabalhar com amor, com o coração, com a alma, com dedicação. E isso tudo não é só com relação aos seus. Poderia ser só cada um cuida do seu. Não! Todo mundo está integrado, inclusive os pacientes, no ateliê. Vocês usaram uma palavra tão bonita para integrar. Então, a integração ajuda a vencer as dificuldades; a dedicação de cada um e de cada uma ajuda a que cada um se sinta mais protegido também. Por isso eu queria, daqui da tribuna, meu Presidente, dizer que ouvir e olhar bem esse exemplo que a Agafape nos trouxe nesses 25 anos e nos traz hoje aqui nessas Comunicações na Câmara de Vereadores. Parabéns pelos 25 anos e continuem assim, ajudando sem pedir nada em troca.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Convido o Ver. Idenir Cecchim e os demais Vereadores que quiserem para procedermos à entrega do Diploma em homenagem à Associação Gaúcha de Familiares de Pacientes Esquizofrênicos para a Sra. Marília Coelho Cruz, Presidente da Associação.

(Procede-se à entrega do Diploma.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Aldacir José Oliboni está com a palavra em Comunicações.

O SR. ALDACIR OLIBONI: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Estava ouvindo o Ver. Cecchim, e conversava com o nosso Presidente que poderíamos ter ouvido a entidade para depois nos manifestarmos sobre os problemas que podem estar acontecendo em nossa Cidade em termos de atendimento aos portadores de esquizofrenia. Nós percebemos, pelos relatos que temos, que 2,5% da população brasileira pode sofrer de esquizofrenia, como temos também uma série de cidadãos e cidadãs que sofrem de autismo, como temos, por exemplo, um número significativo de cidadãos e cidadãs, em torno de 17% a 18% da população brasileira que tem algum tipo de deficiência, e nós, aqui na Câmara, cobramos do Governo Municipal, independente de quem quer que seja, políticas voltadas à área da assistência, do acesso à educação, à saúde, e assim por diante. Então, neste sentido, nos chama muito a atenção, na medida em que uma entidade que tem um trabalho exemplar na nossa Cidade e que é parceira do Poder Público, na medida em que se habilita para poder atender as pessoas e

muitas vezes não têm o apoio do Poder Público. É por isso que nós gostaríamos de saber como essa entidade mantém a sua assistência, se tem apoio do Governo ou não tem. Neste aspecto, acho de extrema importância a vinda das senhoras e senhores aqui, para nós sabermos que tipo de contribuição a Câmara Municipal de Porto Alegre pode oferecer à entidade que abre os braços àquelas famílias que muitas vezes não tem como dar assistência e acompanhamento emocional a uma pessoa que sofre de esquizofrenia. Nós tivemos, há poucos dias, Ver. Carús, Presidente da nossa Comissão de Saúde, uma reunião na COSMAM onde debatíamos este tema, e sugiro à entidade que também possa fazer da mesma forma, porque ali vai o Governo Municipal, pode expor para nós que tipo de acesso ou de política tem para esses cidadãos e cidadãs que têm esse problema ou essa deficiência. E que nós possamos contribuir com projetos de lei ou até mesmo na lei orçamentária que passa aqui nesta Casa destinando recursos para tal programa. Então, nesse sentido que eu queria dizer que tanto eu como a nossa Bancada, Ver.^a Sofia Cavedon, Ver. Adeli Sell, Ver. Marcelo Sgarbossa, estamos dispostos, vamos dizer assim, para não só apoiar, mas também construir políticas que dialoguem com esses cidadãos e cidadãs.

A Sra. Sofia Cavedon: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Vossa Excelência é o Vereador que mais atua em saúde. Quero cumprimentar rapidamente a Presidente da Associação, a Vice-Presidente e todos aqui apresentados, o Leonardo, etc. Eu tive um aluno que era esquizofrênico, o Tomas. E a mãe dele veio me dar um testemunho - porque a história de vocês deve ter testemunhado isso muitas vezes - de que há uma ausência quase absoluta de atendimento em saúde, continuado, eficaz, acolhedor para as pessoas que vivem com esquizofrenia. Portanto as famílias têm que se organizar. E ela me dizia: “Olha, temos os amigos e a família, porque eu não consigo um atendimento adequado em saúde.” Então, essa luta é uma luta muito importante. Parabéns por esta história, pela insistência, por tentar dar visibilidade. Ver. Oliboni. Comande a nossa Bancada para construir apoio às políticas tão necessárias para esse trabalho.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Nós não só queremos parabenizar a entidade, como desejamos longa vida na luta por esta causa, embora muitas vezes seja tão difícil. Nós percebemos que muitos prometem algo e depois chegam ao governo e não conseguem viabilizar, porque têm um entendimento diferenciado. Essas entidades têm vida própria, não dá para se credenciar pelo SUS, mas sim pela espontaneidade que acabam sustentando-as; é a parceria com a comunidade. E nesse aspecto, óbvio que é importante que o Governo em algum momento se sensibilize para poder ajudar as famílias, as entidades a dar essa assistência. Parabéns a vocês, longa vida e que Deus os acompanhe. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado, Ver. Aldacir Oliboni. Só esclarecendo, Ver. Aldacir, como se trata de homenagem, a última manifestação é do homenageado, por isso os Vereadores se manifestam antes. A Sra. Marília Coelho Cruz, Presidente da Associação Gaúcha de Familiares de Pacientes Esquizofrênicos – Agafape, está com a palavra.

A SRA. MARÍLIA COELHO CRUZ: Boa tarde, Sr. Presidente desta Casa, Ver. Cassio Trogildo; é uma emoção muito grande a gente estar aqui nesta Mesa hoje de honra para nós; os Srs. Vereadores todos que concordaram que fosse feita esta homenagem proposta pelo nosso amigo Ver. Idenir Cecchim. Então, é muito glorioso este momento. Parece até estranho, a gente que vem de uma história tão sofrida, a gente chegar num momento tão bonito como este. Estivemos diversas vezes nesta Tribuna Popular; todas as vezes em que estivemos aqui, sempre foi para pedir ajuda, a compreensão, o passe gratuito para os nossos pacientes poderem fazer tratamento. Foi sempre muito pedinte a nossa participação. Hoje, com muita alegria, a gente vem agradecer todas as coisas que, de uma maneira ou de outra, se não foram construídas por aqui, mas possam ter sido começadas e indicadas. Então, os pedidos que a gente veio fazendo sempre, eu queria dizer para os senhores que a gente conquistou todos eles. Um deles, o passe gratuito que era uma importância muito grande – a gente conseguiu. A manutenção da medicação, uma série de coisas a gente sempre conseguiu. Então, eu queria falar um pouquinho da história da inclusão da Associação Gaúcha de Familiares de Pacientes Esquizofrênicos na sociedade.

Começou há 25 anos, com as famílias, quando surgiu esse problema na vida delas. Mobilizadas pelo Dr. Paulo Belmonte de Abreu, junto com a Esalva Silveira, lá no Hospital de Clínicas, que sugeriu que fosse feita a associação, porque uma pessoa ou duas não fazem nada, mas um grupo coeso faz. E aí que está a diferença nossa, é o grupo, são pessoas engajadas no mesmo problema, buscando as soluções. Então, quando essas pessoas tiveram a coragem numa época, que os senhores todos são testemunhas, que essa palavra esquizofrenia era usada, embora algumas vezes hoje também, pejorativamente. Quando tu queres chamar alguém que é diferente, que está atrapalhando, é esquizofrênico. Então, no momento em que essas pessoas colocaram esse nome publicamente e começaram a construir uma associação cujo nome era esquizofrenia, elas foram as primeiras desbravadoras dessa história, as primeiras que deram um passo para abrir uma porta para a inclusão tão falada. O Ver. Oliboni quis saber como a Associação se mantém. Primeiro, com muito amor; segundo, com muito trabalho organizado. Nós sobrevivemos financeiramente exclusivamente pelo trabalho de notas fiscais, dos programas: Esta Nota é Minha; Paguei, Quero Nota; Nota Solidária; Nota Fiscal Gaúcha. Todos esses programas fizeram com que conseguíssemos manter a parte prática, que é a financeira. Temos muito amor e trabalho também; muito trabalho: mães catando notas na rua, e nós, depois, passando dias, noites, fins de semana digitando e prestando contas sempre, corretamente, das nossas ações. Então, isso moveu e proporcionou a continuidade de um trabalho bem feito. Mesmo durante essa crise que o País está enfrentando, nós buscamos uma maneira bem

digna de sobreviver: cortamos os copos descartáveis, o lanche, que comprávamos, cada um traz, então conseguimos sobreviver reduzido os custos e mantendo a qualidade de atendimento. O trabalho voluntário é o que nos move sempre. Tivemos oportunidade de pagar alguns funcionários, na época da crise tiramos e continuamos com voluntariado – a única profissional que mantemos, que é paga, é a assistente social, porque é uma exigência, porque nós fazemos assistência social, que tenhamos um profissional conduzindo os nossos trabalhos, por isso temos a Priscila junto conosco. A Agafape começou a criar força e, há um ano – fez um ano em abril –, uma grande empresa multinacional, depois de caminhar muito dentro de Porto Alegre buscando recursos e acolhimento do nosso projeto, a Sage, de *software*, uma empresa inglesa que nos acolheu e entrou como uma parceria bem legal. Ela nos dá os funcionários para fazerem voluntariado; e as horas que esses funcionários trabalham na Agafape, a empresa reverte num valor para a Agafape, então começamos a ganhar um recurso vindo daí. Nos inscreveram, sem nós sabermos, num programa da Cáritas, que nos escolheu e nos deu uma bonificação. Então, pela primeira vez, a gente está com uma parceria bem legal, e vai ser bem mais fácil tocar para frente agora. Então eu quero agradecer a todos esses.

A verdadeira inclusão é feita quando os nossos familiares frequentam o Centro da cidade de Porto Alegre. Isso muito nos honra, porque na história da doença mental, os locais de atendimento sempre eram na periferia – os senhores são conhecedores disso –, os hospitais, as clínicas, as casas, para tirar aquela pessoa diferente do olhar da comunidade. A gente tem orgulho de estar sabendo conduzir esse trabalho quando os nossos vão diariamente à Galeria Malcon, vão e vêm, andam nos ônibus de Porto Alegre, e vocês até hoje não ouviram uma notícia de algum ter cometido alguma coisa errada. Essa palavra esquizofrenia só saía na mídia quando alguém cometia um delito ou quando era morto pela Brigada, que vai socorrer e, como não sabe lidar, não conhece o problema, termina matando pessoas com esquizofrenia. Então temos muitas coisas ainda a abrir nessa situação, como até hoje o SAMU não pega um doente mental em crise – é uma falha que continua até hoje. Em 2002, fomos a uma conferência de saúde mental lá em Pelotas – eu estava presente –, em que o assunto mais importante era a questão de o SAMU atender o doente mental. Quem sabe me dizer onde anda o SAMU para atender o doente mental? Não tem infraestrutura, os médicos não sabem lidar, não têm equipe adequada. Mas para a Copa do Mundo vieram ambulâncias, em outros momentos em Porto Alegre tivemos ambulâncias adequadíssimas para atender a quem precisava, e nós continuamos com essa deficiência. Um doente mental tem que ser respeitado pelo que ele tem, e não pelo que possa ocorrer, quando ele não tem acesso ao tratamento. Então, os nossos filhos, da associação, tiveram o privilégio de que as mães correram atrás e conseguiram. Mas e a mãe que trabalha e que não tem acesso, e que no SUS tem um médico de saúde em geral? Cadê o psiquiatra dos postos de saúde? Então, a gente continua, e até estou me lembrando dessas coisas agora nessa fala, porque eu vim só para agradecer, mas, na verdade, nós temos ainda muito o que construir. Precisamos muito de oportunidades, como esta, para fazermos algumas reivindicações, como as que eu fiz agora.

Eu fiquei muito feliz de vir aqui. Quero dizer que, no momento em que os senhores autorizaram recebermos este certificado, eu quero dizer aos senhores que vocês vão assumir um compromisso público de não deixar cair o trabalho desta associação, mantendo, de alguma maneira, que a gente possa continuar fazendo o que faz, com muito amor. Nós temos um coração enorme, mas o espaço para atender mais, ainda não é o suficiente. E eu garanto para os senhores que nós temos coração e coragem para tocar para frente isso. Então, precisamos demais desse reconhecimento, mas não só o reconhecimento, o comprometimento de que vão olhar sempre por nós, não pelos 25 anos, mas pelo trabalho que estamos fazendo, porque nós estamos, com certeza, fazendo um trabalho que o Poder Público podia estar presente, fazendo também, porque não é difícil, com amor, e sem conhecimento, a gente faz o que eles precisam fazer.

Tenho orgulho e agradeço a Deus por ter me dado o Leonardo. Ele foi uma benção na minha vida, e os filhos de cada uma do nosso grupo também, porque nos fizeram pessoas melhores, pois podemos enxergar e ajudar os outros que estão precisando. Então, muito obrigada por esta oportunidade, e espero ver os senhores muitas vezes, inclusive nos visitando lá na Galeria Malcon, que será um grande prazer, e os senhores poderão ver ao vivo como é o ambiente da nossa família Agafape. Muito obrigada.(Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Eu quero agradecer a presença do Sr. Leonardo Cruz e da Vice-Presidente da Agafape, Priscila Guimarães, e da Presidente da Agafape, Sra. Marília Coelho Cruz, que deu um depoimento que emocionou a todos. Parabéns pela luta. Agradeço ao Ver. Idenir Cecchim que fez esta proposição à Mesa Diretora, a fim de que pudéssemos trazer a Agafape aqui para ter esta justa homenagem. Contem com a Câmara de Vereadores. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h45min.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 15h46min): Estão reabertos os trabalhos.

A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra em Comunicações.

A SRA. COMANDANTE NÁDIA: Boa tarde, Sr. Presidente, colegas Vereadoras, Vereadores e público que nos assiste. Quero falar hoje sobre um jovem, Maicon de Mello Rosa, 25 anos, morador de um bairro de poucos recursos, na região metropolitana de Porto Alegre. Maicon abandonou os estudos muito cedo, nem concluiu o ensino fundamental. Há quem diga que foi marginalizado pela sociedade, que não lhe ofereceu oportunidades, pois é pobre e negro, mas conseguiu fazer muitas coisas em sua jovem vida, apesar de todo esse contexto social.

Passarei a relatar as atividades do jovem Maicon: no dia 6 de maio de 2013, ele é mencionado em escutas telefônicas como integrante atuante de uma perigosa quadrilha de tráfico de drogas; dia 22 de junho, ele tenta matar um homem; no dia 4 de agosto de 2013, na carona de uma motocicleta, mata a tiros o advogado; no dia 30 de agosto, é preso preventivamente por outro crime, assalto à mão armada; dia 30 de abril de 2014, apenas oito meses após ser preso, um juiz concede a Maicon a liberdade provisória mediante compromisso de manter-se sem delinquir; dia 3 de outubro de 2014, seis meses depois, ele é encontrado acompanhando outro homem que estava ilegalmente armado, mas nada é feito; dia 4 de novembro de 2014, é preso em flagrante delito, armado e acompanhado do mesmo indivíduo que também outrora estava armado; dia 29 de dezembro de 2016, Maicon é condenado a uma pena próxima de cinco anos, em regime semiaberto, pela prática do roubo a que respondia, por assalto à mão armada; dia 8 de maio de 2016, recebe o benefício da saída especial pela 2ª Vara de Execuções Penais da Capital; dia 10 de junho, recebe tornozeleira eletrônica; dia 24 é considerado foragido; dia 7 de julho, duas semanas após, se apresenta; dia 24 de setembro, é considerado foragido novamente e apresenta-se depois, pois sua fuga é justificada porque tinha um defeito na tornozeleira – isso se repetiu por mais seis vezes; dia 1º de junho de 2017, pratica roubo à residência, armado – o inquérito é concluído rapidamente com representação pela prisão preventiva; dia 23 de junho de 2017, sexta-feira passada, Maicon mata o policial civil Rodrigo Wilsen da Silveira, de 39 anos, casado, pai de dois filhos menores, em pleno exercício de suas funções. Rodrigo morreu fazendo o seu trabalho, tentando cumprir com os seus colegas policiais, dentre os quais a sua esposa Raquel, mandatos judiciais. Morreu defendendo a sociedade gaúcha.

Maicon e seus comparsas foram presos, todas as garantias legais e constitucionais serão asseguradas para eles; provavelmente serão condenados em regime fechado, mas transcorridos, no máximo, cinco ou seis anos, os assassinos do policial civil Rodrigo estarão aptos, novamente, à progressão da pena, ao regime semi-aberto, e depois ao aberto, talvez com a mesma tornozeleira que ele já utilizou um dia. Isso acontecerá como se fosse a coisa mais normal, e a sociedade apreciará tudo de forma assombrada, com letargia e desânimo, com a mais profunda sensação de impotência e fraqueza. Quem levou o tiro fatal não foi nenhum ativista de direitos humanos; não foi o professor garantista da universidade; não foi algum político que não muda essa legislação arcaica; não foi o ministro do STF que lança ideias de desencarceramento; não foi um sociólogo que fala sobre marginalização; não foi aquele que criminaliza as polícias; não foi um jornalista que fala que a polícia brasileira é a que mais mata; não foi aquele que defende bandido. Quem levou o tiro fatal foi Rodrigo, foi o policial civil, foi o herói.

A Sra. Mônica Leal: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Vereadora Comandante Nádia, eu queria registrar os meus cumprimentos pela sua fala importante no momento em que o Rio Grande do Sul está de luto pela morte de um policial – cada vez mais estamos assistindo isso – em cumprimento de missão, e só nos resta lastimar, dar os cumprimentos a essa valorosa Polícia Civil, que trabalha em

condições precárias frente à bandidagem, que tem armamento pesado e avança de uma forma assustadora. Parabéns pela suas colocações.

A SRA. COMANDANTE NÁDIA: Obrigado, Vereadora. Esse tiro atingiu de forma profunda e trágica a família do Rodrigo, atingiu comovidamente a Polícia Civil, atingiu e sensibilizou o efetivo da Brigada Militar. Temos que compreender, senhores e senhoras, que, quando morre um policial, todos são atingidos, todos perdem. Como pode um assassino contumaz estar separado de nós apenas por uma tornozela? Até quando continuaremos perdendo vidas tão valiosas sem que mudanças reais e necessárias ocorram na nossa sociedade?

Descansa em paz, Rodrigo Wilsen da Silveira. Por aqui continuaremos na batalha diária pelo bom combate. Minhas orações a ti e a todos os policiais civis e militares que tombaram em serviço no nosso Rio Grande do Sul. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Cláudio Janta assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Dr. Goulart está com a palavra em Comunicações.

O SR. DR. GOULART: Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, meu querido Presidente Cláudio Janta, pois a nossa indignação pela morte desse policial. Eu estava vendo ontem um programa numa das televisões mais importantes da Cidade, que falava justamente sobre estudos para dar liberdade, para participar da sua pena em casa, ao Roger Abdelmassih, aquele médico, urologista, que teve envolvimento com várias pacientes sem o consentimento das mesmas. Pois ele está voltando para casa; ele não vai pagar por esse crime preso, ele vai voltar para sua casa.

Estava vendo também a apresentação daquele casal, em que a mulher, indignada, com ciúmes da esposa do cidadão, atirou a filhinha dele pela janela. Ela já está se preparando para deixar o presídio onde está; aliás, é o presídio onde está aquela menina que o namorado e irmão dele mataram o casal a porretadas. Ela já está inclusive beneficiada com a saída para ir cumprir a pena em casa, só não foi ainda porque não tem muitos parentes e ficou com medo de que alguma coisa acontecesse contra ela. Então, recolheu-se ao presídio, pedindo para ficar mais um tempo lá enquanto se organiza na vida. Ou seja, um monte de barbaridades acontecendo com a comunidade brasileira, e as pessoas vão cumprir sua pena em casa, graças a essa invenção de que podem, por algum motivo, voltar à sociedade, com essa explicação de que podem ficar em casa ou ter progressão na sua pena. A progressão da pena é outro fenômeno que não se entende. Como é que o juiz brasileiro aceita isso? O juiz diz que as leis são assim, então vamos fazer assim. E o que é justamente isso? São as pessoas que, a cada dois anos, ganham um de liberdade; a cada três anos, ganham mais um – e assim vai indo para que essas pessoas saiam logo em seguida da prisão. E o que fizeram essas pessoas?

Mataram outras pessoas. As pessoas que tiram a vida de um pai, chefe de família, com dois filhos, as pessoas que matam mulheres covardemente, as pessoas que matam crianças, essas não têm mais o direito de ter a liberdade, não só porque poderão cometer outros crimes... E aí a culpa vai ser do juiz, a culpa vai ser de nós, que fizemos as leis, a culpa vai ser de nós, que não dizemos nada. Então, estão se preparando para torpedear o Código Civil Brasileiro. As pessoas que têm 80 anos de pena pagam um número de anos bem abaixo e voltam para trabalhar, entre aspas, voltam à sociedade. Então, nós, que somos Vereadores e fazemos lei, não podemos fazer leis que ataquem isso porque isso é uma lei federal, que é justamente a progressão da pena. Entendam a progressão da pena como uma barbaridade, porque é aquilo que as pessoas conseguem não pagar totalmente a sua pena.

Esperamos que um dia a gente possa se reunir, principalmente a Comissão de Direitos Humanos aqui, da Câmara, e dê pelo menos atos de repúdio para pessoas que estão matando outras pessoas. Quem acaba com a pessoa que tem os filhos para cuidar, que tem o sol para ver de bonito, que tem a lua para ver de bonito, essa pessoa não merece ter liberdade. Abaixo a progressão de pena! Abaixo o cumprimento das penas em casa, porque é a mesma coisa que ter liberdade e impunidade.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mauro Pinheiro assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. João Carlos Nedel.

O SR. CASSIÁ CARPES: Quero saudá-lo, Ver. Mauro Pinheiro, comandando os trabalhos nesta Casa; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, quero aproveitar para agradecer ao meu colega, Ver. João Carlos Nedel, para que eu possa fazer uma retrospectiva no sentido dos projetos polêmicos que chegaram a esta Casa, e que naturalmente vão mudando, conforme nós apregoávamos, na semana passada, de que havia a necessidade de nós fazermos uma agenda positiva. Quero fazer a retrospectiva para dizer que o Prefeito, anteriormente, falava em atraso salarial, que até agora não se consolidou.

A segunda questão é sobre a perda da reposição salarial da inflação, que não é aumento e, sim, uma perda salarial, e os funcionários municipais têm o direito da recomposição da inflação do ano anterior, que aqui, na hora em que o Governo iria perder, retirou este projeto e assim houve mais tempo para analisar, pensar.

Terceiro, aumento da alíquota de 11% para 14% do Previmpa, o plano de previdência do Município. E hoje temos uma notícia boa se olharmos pelo ângulo da pauta deste dia, sobre o PLCE nº 007/17, que dispõe sobre o aporte em imóveis para amortização do déficit atuarial do Departamento de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Porto Alegre. A Prefeitura tem imóveis em várias regiões da Cidade, alugados por bagatela, imóveis que até, se olharmos a origem desse valor, não se vai

entender, e nem por que estão alugados. Ou seja, há uma luz no fim do túnel quanto a esse aspecto.

A mudança de regime de trabalho da Procempa – que vai ser votada nesta Casa, acredito que daqui a alguns dias –, um novo regime de trabalho, em que se extingue o regime atual e se coloca outro com teto salarial de R\$ 9.300,00, vindo para uma realidade, porque entendemos que na Procempa, historicamente, muitos até ganham mais do que o Prefeito, e, já disse várias vezes aqui, a Procempa se tornou um cabide de empregos dos governos.

Dando continuidade, sobre o veto dos 30 mil – parece que não vamos votar hoje –, há uma conversação, há um momento em que a Prefeitura começa a refletir, e automaticamente, quem sabe, saia daí uma luz no fim do túnel também para essa questão, que é dramática para vocês. Tenho certeza que muitos Vereadores, como eu, vão doar esse valor de R\$ 500,00 da reposição salarial. Então eu acredito que o Prefeito, que até anda dançando zumba, está mais leve, ele quer conversar, quer trazer uma pauta positiva para esta Cidade, porque ninguém consegue administrar uma Cidade do tamanho de Porto Alegre, com seus problemas, por sete anos, só brigando. Não tem nenhuma condição, Ver. Zacher, não tem condições, ninguém administra Porto Alegre só brigando e em conflito com os trabalhadores, principalmente os trabalhadores. Este País, neste momento, começa sempre querendo colocar a culpa nos trabalhadores, nos funcionários municipais, estaduais e federais, da roubalheira, da corrupção, da impunidade deste País. Isso é injusto! Principalmente na crise, Ver. Adeli, se quer tirar do funcionário aquilo que ele conquistou trabalhando, colocando a culpa no funcionário público.

O Sr. Adeli Sell: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Vou ser brevíssimo, só para lhe dizer que, nesse diapasão, estamos juntos, e vejo que já tem mais gente que está junto.

O SR. CASSIÁ CARPES: Obrigado, Ver. Adeli. Isso não tem ideologia, isso tem coerência, tem convicção e tem noção de que o funcionário público municipal é muito importante para alavancar esta Cidade. O que vocês viram aqui com a presença da Cootravipa é o exemplo claro da falta de funcionário. No Município, com o tempo, as repartições públicas foram sucateadas, e é importante recuperar a condição do trabalhador em várias secretarias para que a Cidade ande, se revitalize.

Meu Prefeito, amoleça o seu coração, dance zumba à vontade, mas trate bem o funcionário público municipal. Um abraço, obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MAURO ZACHER: Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; Vereadores, Vereadoras, servidores desta Casa e do Executivo, da Fazenda, da Procuradoria e outros que estão aqui hoje aguardando as votações que iremos fazer na tarde de hoje. O que me traz a esta tribuna em tempo de Liderança é o que pautou algumas entrevistas na Cidade, principalmente na Rádio Gaúcha e outras rádios, sobre a buraqueira da Cidade.

Eu não me recordo, em nenhum momento, depois de seis meses diante da Secretaria de Obras, de o Secretário que me antecedeu ter dado alguma entrevista. Eu não me recordo, depois de seis meses de um prefeito ter assumido o comando da Cidade, de seu antecessor ter dado entrevistas. Depois de seis meses – a meu ver, nem os 100 dias, mas os 180 –, o Governo tem que saber dos seus desafios. Realmente, os recursos são sempre escassos, são limitados para tudo aquilo que gostaríamos de realizar. Ora, o Fortunati ser o culpado dos buracos... Ora, por favor! Aliás, os buracos sempre existiram depois das chuvas. Havia a força-tarefa, havia liderança sobre os servidores mesmo em tempos difíceis de atrasos de terceirizados, com atraso de insumos, esta é a realidade. Quem governa sabe que isso está presente. E eu falo aqui com vários Vereadores que já foram secretários, essa é a realidade. Aliás, gostaria eu de assumir a Secretaria de Obras neste momento com 100 milhões aprovados, para asfaltar, para recapear, para revitalizar as vias da Cidade! É isso que tem o secretário nas mãos. Estão asfaltando, recapeando, revitalizando, restaurando mais não sei quantas vias da Cidade. Vai melhorar e muito. Gostaria eu de assumir a SMOV não com duas usinas sucateadas quando assumi, mas com duas usinas de altíssima qualidade que nós temos hoje em Porto Alegre. Quer dizer, todos nós sabemos que o movimento é difícil. Agora chegou o momento de o mimimi acabar. Vamos enfrentar os desafios, nós estamos dispostos. A nossa bancada tem sido parceira para votar muitos projetos do Governo, mas muitos! Estamos aqui dispostos, Ver. Mauro Pinheiro, a colaborar, nós sabemos que o momento da crise econômica... E aqui foi um belo debate que ex-secretário veio, o atual secretário veio, um belo debate para mostrar que, desde 2014, o Município vem perdendo arrecadação. Onde é que isso impõe? Em serviços, no dia a dia. Evidentemente que tem que haver criatividade. Recordo que ouvi na Rádio Gaúcha, o Presidente da associação das areeiras falou: “Olha, eu desconheço algum tipo de fornecedor da Prefeitura de Porto Alegre que não esteja entregando por falta de pagamento. Desconheço. Não é pauta das nossas reuniões. Desconheço.”

Quero aqui lembrar uma história de quando choveu por 30 dias seguidos em Porto Alegre. Os senhores recordam disso? *El niño*, em 2015. Eu retirei os velinhos do almoxarifado da SMOV, Ver. Dr. Thiago, botei todos na rua trabalhando, usei toda a infraestrutura da Prefeitura para que pudéssemos enfrentar aquela situação tão difícil. É gestão de pessoas, é dialogar com os servidores.

Então, quero aqui deixar o meu registro porque não tive espaço na Rádio Gaúcha para falar sobre o assunto, mas fico muito aberto ao bom debate. O Governo sabe que tem de nossa parte a compreensão da crise, tem parceria para que a gente negocie, mas chegou, encerrou, eu acho que o período de colocar o mimimi para fora e dizer que a culpa é do anterior. Tem que ter capacidade de gestão, colocar gente com

experiência para enfrentar o momento difícil. Vejam o que se deixou! Esses recursos da CAF não são apenas para revitalizar a orla, que, aliás, é uma belíssima obra que vai deixar uma parte pequena da orla revitalizada, uma obra esperada por todos nós porto-alegrenses e gaúchos, uma área da orla revitalizada que seja de acesso público, com bares, com restaurantes, que seja um cartão de visitas a todos que vêm a Porto Alegre. São mais de 44 vias do Orçamento Participativo – esse que não terá este ano e nem sei se haverá mais neste Governo – que estão garantidas no recurso. Não é para o buraco da via, Ver.^a Mônica Leal, é para aquele cidadão que não tem ainda pavimentação na sua rua, onde tem que passar, de vez em quando, a patrula, para melhorar, colocar um saibro. São esses que foram a muitas reuniões do OP e garantiram lá, democraticamente, a sua via e serão pagos com recursos da CAF, mais recursos para mais de cem quilômetros de recuperação de vias.

Então, meus companheiros, quero registrar aqui porque não dá mais para aguentar o mimimi. Vamos enfrentar a crise, vamos enfrentar as dificuldades com parceria, com diálogo e, principalmente, com capacidade gestão, que é isso que o povo espera de nós, que temos capacidade para trazer os problemas, para que possamos resolver os problemas da cidade e não ficar apenas aqui botando a culpa no meu antecessor que não fez e é por isso que eu não estou conseguindo sequer tapar buraco da Cidade. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Márcio Bins Ely.

O SR. DR. THIAGO: Presidente, Ver. Mauro Pinheiro, eu quero primeiro me dirigir à FASC, Ver. Nedel, Ver. Matheus. Eu quero solicitar que o Presidente da FASC, a quem nós estamos solicitando contato há duas semanas, possa nos dar a honra de uma conversa. Não é possível termos trabalhadores na FASC, a empresa Vigor, sem receber há cinco meses! E aí conversa com duas semanas, posterga mais dois dias, conversa de novo, põe a culpa na Fazenda, a Fazenda prova que fez os pagamentos, e a FASC não efetiva! Então eu quero solicitar ao Presidente da FASC, encarecidamente, que entre em contato conosco. Será que eu vou ter que fazer esse pedido oficialmente? Então eu peço a intermediação dos Vereadores para que isso realmente ocorra. Não pode isso! O senhor é o maior exemplo, Ver. Nedel, de que nós somos fiscais do Executivo, então não pode isso! Os secretários municipais, os presidentes de autarquias têm que dar o mínimo de atenção ao Poder Legislativo, senão nós temos que usar outros instrumentos, sim! Então, por favor, Sr. Solismar, estou pedindo educadamente, pacificamente, passivamente o seu contato. Tem pessoas que estão sem receber há cinco meses.

Eu quero também me dirigir aos colegas municipais que se encontram aqui, quero me dirigir aos fazendários, procuradores, servidores da saúde, da educação, enfim, aos servidores municipais. Quero falar um pouco do projeto que tranca a pauta

hoje, que é a questão do teto. Quero dizer, alto e bom som, que nossa posição, do Democratas, é, sem dúvida nenhuma, de garantir direito a todos. A todos! Se não for derrubado o veto e aprovada a emenda que foi gerida e aprovada por ampla maioria nesta Casa, nós vamos ter uma verdadeira idiossincrasia injusta no Município de Porto Alegre. Porto Alegre vai passar a ter cinco tetos se não for aprovada a emenda, se não for aprovado o projeto original como foi encaminhado aqui e vetado pelo Prefeito. Terá o teto do Secretário Municipal da Saúde para ele; terá o teto do Secretário Municipal da Fazenda para ele; terá o teto do Secretário Municipal de Parcerias para ele; terá o teto do Secretário Municipal Procurador-Geral do Município – Procuradora, agora –, para ela; terá o teto dos procuradores e terá o teto de todos os outros funcionários. Portanto, já nesta definição se mostra necessário para que não se cometam injustiças no Município de Porto Alegre. (Palmas.) Além disso, o Executivo, no veto, sanciona todos os dispositivos especiais nos regramentos de cada categoria que versavam sobre o teto. Ou seja, Porto Alegre, se mantiver o veto, Ver.^a Sofia – e por isso a bancada de V. Exa. tem que nos ajudar nisso – se for mantido o teto, Porto Alegre não terá teto previsto em lei mais, Porto Alegre vai retroceder no que se refere a direitos e garantias dos servidores. E tenho certeza que não é isso que V. Exa. prega. Então, eu venho aqui em nome da justiça, em nome da legalidade. Existe até posicionamento de outros juristas em outro sentido, pessoas que têm nome na praça, pessoas que são conceituadas no ponto de vista jurídico, mas são opiniões, são opiniões e que não analisaram essa situação à luz do veto. Porque o veto, falo mais uma vez, ele extingue todos os dispositivos que versam sobre teto, nas leis específicas, a partir do momento em que o Prefeito sanciona o restante disso e já está valendo. Então, por uma questão de justiça... Há pareceres de diversos juristas famosos e renomados noutra sentido. Nós todos queremos teto! Não há ninguém aqui que não queira teto. Não é aumento de salário: não vendam isso para a população, não vendam isso! Não vendam demagogicamente isso para a população. Não é aumento de salário, é manutenção de direito, é manutenção de direito. (Palmas.) Se nós aceitarmos isso, o teto, no Município de Porto Alegre, estará embasado, única e exclusivamente, num decreto do Prefeito Municipal, que pode ser revogado a qualquer momento, que pode ser diminuído a qualquer momento ao bel prazer do Poder Executivo Municipal. E Porto Alegre não pode entrar nessa instabilidade jurídica. Porto Alegre já avançou muito e não pode andar para trás e entrar nessa instabilidade jurídica.

Portanto peço aos Meus Pares que façam uma grande reflexão. Não será votado hoje, e acho que isso é bom, dá tempo de fazer essa ampla reflexão, Ver. Oliboni. Nós temos...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. DR. THIAGO: ...sim, que garantir direitos a todos, não entrar nessa demagogia, essa demagogia não favorece o serviço público, não favorece a Cidade,

pode momentaneamente significar ganho de uma ou outra simpatia, mas destrói o serviço público municipal! Esta demagogia de um segmento só da sociedade, o segmento maciço da sociedade roga por serviço público de qualidade nas áreas básicas, e só vai acontecer isso no momento em que nós tivermos carreiras de Estado definidas, carreiras de Estado importantes para o Município de Porto Alegre, devidamente valorizadas. Conto com a reflexão e o voto de cada Vereador – vocês vão construir a Cidade. Muito obrigado! (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Presidente Mauro Pinheiro, colegas Vereadores, colegas municipais e municipais; vocês conhecem a posição do PT, é uma posição difícil num momento de confisco de salário, infelizmente, por desmandos de gestão, por imprevisibilidade. Eu acho que alguns colegas me colocavam aqui, por que não há uma modulação, por que não há um preparo de alguns anos para que ninguém, que conte com o salário, que conquistou este salário na carreira, nos anos de trabalho, tempo de experiência, graduação e qualificação, tenha essa perda de uma hora para outra, Ver. Mauro Zacher. Mas nós temos uma posição histórica e vamos ao pouco trabalhá-la. Nós entendemos que no funcionalismo público é necessária uma tabela salarial horizontal. Nós repetimos isso há muitos anos e lutamos muito tempo no sindicato, na luta com as associações para que assim fosse, para que todos tenham salários dignos, respeitadas as carreiras e as especificidades. Então, eu quero cumprimentar a luta dos colegas. Eu sei que sempre, na luta e no diálogo, nós encontramos uma saída, uma solução que não penalize nenhum dos lados. Nesse sentido é que nós vamos trabalhar. Nós somos contrários, absolutamente contrários, ao confisco no Previmpa e ao arrocho que o Governo Marchezan anuncia e opera, porque já passou a data-base e não foi recomposta a inflação no salário dos funcionários municipais. Nós somos contra, vamos votar contra e vamos derrotar mais uma vez o Prefeito Marchezan no tema do Previmpa. Não há previsão de recomposição pelo cálculo atuarial, por posição do Previmpa, então esse aumento de alíquota é político, é confisco dos salários dos municipais, assim como estamos combatendo qualquer hipótese de parcelamento salarial. Esse é, Ver. Oliboni, Ver. Adeli e Ver. Sgarbossa, um dos critérios, dos parâmetros com os quais trabalhamos, com diálogo, porque nós queremos que os nossos funcionários se sintam motivados para continuar produzindo uma boa política pública.

Com a permissão de vocês, quero entrar no tema da segurança, porque nesta tarde, agora, há alguns minutos, nós recebemos uma mensagem por WhatsApp de professoras da Escola Ver. Carlos Pessoa de Brum. As nossas escolas, os nossos trabalhadores e trabalhadoras da educação e da saúde – Ver. Oliboni, que está pautando, na Frente Parlamentar da Segurança Pública, que nós vamos participar, o tema da segurança na saúde – estão vivendo momentos dramáticos não só por causa do assédio

que faz o Prefeito, o qual muito já denunciei, não só por causa do tema salarial, mas pela forma com a qual o Prefeito se refere ao funcionalismo municipal nos seus vídeos, nas suas entrevistas e nos seus *posts* no *site* oficial: é uma forma pejorativa, uma forma depreciativa e assediada de atuar com o funcionalismo. Hoje à tarde houve um tiroteio na frente da Escola Pessoa de Brum, ali estão as crianças abaixadas e as professoras nos corredores tentando se proteger e proteger as crianças. (Mostra fotografia.) Eu vou ler a mensagem para vocês: “Acabamos de passar por um momento horrível de tensão, correria e medo. Forte tiroteio na frente da Escola Pessoa de Brum. Pelo amor de Deus, não suportamos mais. Enquanto o Prefeito dança Despacito, nós, crianças e professores, corremos risco diário na Restinga. Até quando as autoridades vão fechar os olhos? As crianças choram e nós, professores, estamos com as pernas bambas, tremendo dos pés a cabeça, tentando manter a calma, porque temos, em média, 28 crianças para cuidar, cada um de nós”. Essa não é uma situação excepcional, colegas. Nós fomos à Escola Mário Quintana, Ver. Tarciso, e nós vimos, chegamos um dia depois que teve tiroteio e queima de casebres por bandidos, lutas dentro da comunidade ao lado da escola, na cerca da escola, as crianças da escola são filhos, são netos, são irmãos de vítimas da violência cotidianamente. Essa é a situação do serviço público de Porto Alegre, esse serviço tão desprestigiado pelo Prefeito Municipal de forma lamentável, que vai ter uma gestão desastrosa em Porto Alegre se não passar a dialogar e a respeitar o funcionalismo, Ver. Goulart, que é nosso médico, assim como o Ver. Dr. Thiago, que é médico da Prefeitura e sabe o que significa não trabalhar com funcionários motivados. Hoje, o tema da Cootravipa de novo apareceu. Se nós não tivermos funcionários qualificados e valorizados contratando, fazendo as licitações e fiscalizando, é um desastre qualquer política pública, o que dirá a terceirização de serviços. Então a nossa proposição na frente de segurança será de alternativas para a segurança. Já comuniquei à Ver.^a Comandante Nádia, estou pautando – o Ver. Oliboni pautou a saúde – a saída da Brigada dos jogos de futebol, porque nós queremos brigadianos não cuidando de atividade privada, mas nas ruas, atuando. Estamos pautando o cercamento eletrônico da Capital, estamos pautando a nomeação de funcionários para trabalhar na segurança pública do Estado e não queremos um novo espaço só para falar do drama já acontecido, das situações absurdas que vive a nossa população.

Mudando de tema, eu quero dizer a oposição não faz só críticas, mas, infelizmente, esse tema também tem que ter crítica. Na semana passada, eu apresentei aqui uma demanda desesperada de moradores da Av. Bernardino Silveira Amorim, Ver. Tarciso, e apresentei fotos aqui do alagamento. Sete dias depois de tempo seco, a rua estava alagada, o pátio do Seu Leandro estava completamente tomado de água. Na terça-feira, a CECE esteve na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos com o Secretário Ramiro, fez Pedido de Providências; finalmente, no domingo, os servidores estiveram lá trabalhando – ali estão eles, ali estão os moradores. Meia hora de serviço da Prefeitura, 23 dias depois, a casa do Seu Leandro estava alagada, a rua estava alagada. Foram 23 dias depois; quatro, cinco pedidos, protocolos, através do 156, Ver. Mauro, que mora lá, que passa por lá, que sabe o horror. Foram 23 dias, Ver. Mauro, para a Prefeitura responder. Em meia hora de trabalho, secou todo o pátio, secou a

avenida. Eu recebi um WhatsApp de um morador com as fotos. Eles fizeram manifestação no sábado de manhã cedo e estavam nos avisando, avisando os Vereadores; me mandaram um WhatsApp dizendo: “Poxa, Vereadora, meia hora, e nós passamos 23 dias com água dentro do pátio, dentro de casa, nas ruas”. Mas a gente está feliz e a gente quer que esse tempo melhore, esse tempo de resposta.

Então, senhores, sem servidor público, sem serviço público não existe qualidade de vida, não existe cidade que possa ser de qualidade de vida. Então, essa vai ser sempre a nossa luta. Mas eu quero aqui registrar que finalmente houve uma resposta, eu quero agradecer e dizer que nós precisamos melhorar esses tempos, valorizando o serviço público municipal.

Já falei aqui para o Secretário de Finanças em vários momentos, Ver. Marcelo, Ver. Oliboni e Ver. Adeli, o principal gasto que uma Prefeitura tem que ter é com o funcionário público, para fazer o serviço público. O serviço! Não adianta ter uma escola como a Santo Expedito, que ainda não foram os professores lá – uma escola linda, em que teve o abraço à escola no domingo pela manhã –, com cem crianças que não puderam estudar, porque não tem um profissional! Então, gaste em servidor público! É o melhor investimento de uma cidade!

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Prof. Alex Fraga.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, agradeço a cedência de tempo do meu colega, Prof. Alex Fraga; cumprimento os nossos servidores municipais. Eu já havia me manifestado nas redes sociais sobre um assunto que muito me preocupa, mas eu vejo que, ao longo do final de semana, a situação se agravou.

Nós, infelizmente, assistimos a cenas lamentáveis, na quarta de manhã, em frente à Prefeitura Municipal, em que um grupo de extrema direita, profascista, com seus capangas, foi ao ato dos municípios para provocar e agredir os servidores municipais. Esse mesmo grupo foi levado à delegacia, naquele dia, pelos guardas municipais, conforme foi amplamente veiculado pela imprensa, e o que nos chocou, profundamente, é que horas depois dessas cenas lamentáveis, daqueles que atacam os servidores de carreira, atacam o serviço público, atacam a auto-organização dos trabalhadores, horas depois dessa bandalheira, o Prefeito Marchezan não só abriu as portas para um desses integrantes, como fez piada nas redes sociais, como uma verdadeira afronta ao conjunto dos servidores e ao conjunto daqueles e daquelas que não aceitam a tentativa de provocar os trabalhadores, agredir os trabalhadores e, mais do que isso, atacar o jornalismo. Eu quero aqui, Ver. Bosco, me solidarizar com a jornalista Vitória Famer da Rádio Guaíba, jornalista séria, respeitada que, ao veicular o que ocorreu em frente à Prefeitura, foi vítima de uma horda de *haters* desse grupo, nas redes sociais inclusive um de seus interlocutores fazendo cartas para atacá-la. E eu

também quero, neste momento da tribuna, não só me solidarizar a ela, mas deixar alguns questionamentos que acho muito importantes para o conjunto da Cidade de Porto Alegre.

O primeiro deles, Ver. André Carús, é por que um carro da SMIC, da Secretaria Municipal da Indústria e Comércio, foi visto perto da Delegacia de Polícia onde estavam detidos esses integrantes do MBL. Estariam utilizando, por acaso, os veículos do Município de Porto Alegre para proteger os integrantes desse grupo que fizeram verdadeiras agressões aos servidores municipais em frente ao Paço Municipal? Eu gostaria de saber quando foi agendada pelo Prefeito Marchezan uma entrevista com Arthur do Val, dentro do Paço Municipal, horas após a agressão aos municipais. O mesmo Prefeito que diz não ter tempo para receber os movimentos LGBTs da Cidade que estão há mais de dez dias pedindo uma reunião com o Prefeito para tratar da parada livre. O Prefeito que também não responde a outras agendas e que demora a atender as agendas pedidas pelo sindicato dos municipais e, quando atende, não responde às reivindicações justas e legítimas da categoria. Mais do que isso, tenta impor e acelerar a votação de um pacote que significa um confisco do salário como a alíquota do Previmpa, que já foi abordada aqui nesta tribuna e que é um confisco do salário dos servidores e, mais do que isso, tentou tirar a sagrada reposição da inflação da lei e ainda não garantiu, em 2017. E só não foi aprovada a lei porque a ampla maioria dos Vereadores se recusou a votar nesse verdadeiro acinte que é a tentativa de tirar a reposição da inflação. Mas o Prefeito que mal recebe a categoria e quando recebe não responde às suas reivindicações, em minutos, atende esse grupo. E nós queremos cobrar, sim, porque não é nenhuma novidade que o MBL apoiou o Marchezan no 2º turno da eleição com vídeos, declarações, não é nenhuma novidade que esse grupo sistematicamente vem e tenta fazer provocações, como já tentaram fazer com a nossa bancada, mas nós, de fato, nem estamos preocupados. Não consigo e não costumo responder a entrevistas para grupos profacistas, mas nos preocupa muito a tentativa de acobertar o indefensável. Então, embora a agressão tenha ocorrido à frente ao Paço, a recepção do Prefeito Marchezan, no Paço, horas depois é algo que precisa ser condenado pelo conjunto de Vereadores e Vereadoras, precisa ser condenado pelo povo da cidade de Porto Alegre, porque não se pode aceitar as provocações como forma de fazer política, não se pode aceitar a edição de imagens para distorcer e deturpar as intervenções, como foi feito com a jornalista Vitória Famer; não se pode aceitar as tentativas de calar a imprensa e calar uma jornalista, atacando quando não concorda com o teor da matéria, como está sendo feito não só pelo MBL, mas pelo Dep. Marcel van Hattem. Não se pode aceitar a construção e a proliferação desses grupos intolerantes que pegaram um vácuo na história com a questão do *impeachment*, mas que, felizmente, estão sendo desmoralizados pelo povo do Brasil inteiro, que viu que a tentativa desse grupo foi na verdade uma farsa na luta contra a corrupção porque estão quietos na corrupção do Temer, estão quietos diante do quadro sério do Temer, estão quietos diante de ministros e mais ministros, e o próprio Presidente ilegítimo lá com gravações que comprovam claramente a sua participação no esquema de comprar o silêncio de Eduardo Cunha. Estão sendo desmoralizados desde 26 de março deste ano,

porque apoiam a reforma da Previdência que ataca o conjunto dos trabalhadores brasileiros, porque apoiam a reforma trabalhista que quer rasgar a CLT, e, ao mesmo tempo em que estão sendo desmoralizados pelo povo, estão sendo recebidos com pompas pelo Prefeito de Porto Alegre um dia depois de agredir servidores municipais. Não passarão! É necessário se posicionar, nós estamos cobrando publicamente essas perguntas que foram feitas e cobraremos do Prefeito Marchezan essa sua vinculação orgânica com um grupo protofascista.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Apregoo representação externa da Ver.^a Mônica Leal, que solicita representar esta Casa na solenidade de posse dos novos dirigentes do Tribunal Regional Federal da 4^a Região, no dia 23 de junho de 2017, às 15h, em Porto Alegre.

Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Paulinho Motorista está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa.) Desiste. O Ver. Paulo Brum está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa.) Desiste.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro – às 16h45min): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, a fim de entrarmos na Ordem do Dia. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Não há quórum.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 1214/17 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 019/17, de autoria do Ver. André Carús, que inclui incs. V e VI no § 1º do art. 1º, §§ 1º, 2º e 3º no art. 2º, § 5º no art. 3º, parágrafo único no art. 7º e altera o inc. IV do § 1º do art. 8º da Lei Complementar nº 618, de 10 de junho de 2009 – que institui a adoção de equipamentos públicos e de verdes complementares por pessoas jurídicas e revoga a Lei Complementar nº 136, de 22 de julho de 1986 –, alterada pela Lei Complementar nº 675, de 22 de junho de 2011, ampliando o rol de equipamentos públicos passíveis de adoção, estabelecendo prazos relativos aos procedimentos de adoção e atribuições aos adotantes e dispendo sobre a publicidade permitida ao adotante.

PROC. Nº 1740/17 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 007/17, que dispõe sobre o aporte em imóveis para amortização do déficit atuarial do Departamento de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Porto Alegre.

PROC. Nº 1085/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 126/17, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, que permite a circulação de táxis nos corredores exclusivos para ônibus no Município de Porto Alegre, em dias úteis, das 7h (sete horas) às 9h (nove horas) e das 18h (dezoito horas) às 19h30min (dezenove horas e trinta minutos).
Com Emenda nº 01.

PROC. Nº 1116/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 129/17, de autoria do Ver. Alvoni Medina, que estabelece a reserva para os idosos de, no mínimo, 2% (dois por cento) das vagas de emprego de empresas privadas com 100 (cem) ou mais empregados no Município de Porto Alegre.

PROC. Nº 1389/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 156/17, de autoria do Ver. Professor Tovi, que concede o título de Cidadão Emérito de Porto Alegre, *in memoriam*, ao senhor Matheus Bitencourt da Silva.

PROC. Nº 1455/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 188/17, de autoria da Ver^a Fernanda Melchionna e outros, que inclui inc. XXXII no *caput* do art. 51 da Lei nº 8.279, de 20 de janeiro de 1999 – que disciplina o uso do mobiliário urbano e veículos publicitários no Município e dá outras providências –, e alterações posteriores, proibindo a colocação ou a fixação de veículos de divulgação que exponham, divulguem ou estimulem a violência sexual, o estupro ou a violência contra a mulher, bem como que fomentem a misoginia ou o sexismo.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. André Carús está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, neste período de discussão preliminar de Pauta, quero aqui fazer referência a um projeto de Lei Complementar de minha autoria, que protocolei e já está em 1ª Sessão de discussão, que é o Projeto de Lei Complementar nº 19/2017, que propõe algumas alterações no que se refere ao regulamento que existe para adoção de parques, praças, canteiros e demais equipamentos públicos na Cidade. As alterações propostas vão no sentido de estimular que as pessoas jurídicas, as empresas e as organizações da sociedade civil, de um modo geral, possam se sentir mais atraídas a adotar os espaços públicos da Cidade. É importante que se diga que nós temos em Porto Alegre, hoje, mais de 640 praças, na sua grande maioria urbanizadas, e outras consideradas verdes complementares, porque ainda não sofreram nenhuma intervenção urbanística. É preciso que se estimule a adoção desses espaços para que a população e as comunidades possam cada vez mais conviver coletivamente e ocupar os espaços públicos de maneira

qualificada. Dessas mais de 640 praças existentes em Porto Alegre, somente 75 hoje são adotadas, são integrantes do programa Adote uma Praça. Hoje, o único benefício – se é que se pode chamar assim – que faz a pessoa jurídica ou entidade da sociedade civil organizada adotar uma praça é uma placa minúscula para que ela divulgue a marca da sua empresa ou entidade. O nosso projeto preserva isso, mas amplia a possibilidade, por exemplo, para que empresas que adotem uma praça, um parque, um canteiro divulguem sua marca, mas tenham mais espaços para divulgar produtos que eventualmente comercializem, bem como a sua estratégia comercial, sem abrir mão de mobilizar a comunidade do entorno, dos usuários dos espaços públicos, em processo de educação ambiental e coletivo. Também incluímos nesse projeto que podem ser passíveis de adoção os campos públicos, aqueles espaços destinados publicamente à prática esportiva, o que hoje não é permitido pela lei existente. No projeto estimulamos que dois temas fundamentais hoje para convivência social sejam prioritariamente analisados e estimulados, para que os adotantes possam investir. Se o adotante quiser mobilizar esforços junto à comunidade, esforços próprios também para instalação de guaritas de vigilância privada, câmeras, terá análise prioritária de seu pedido de adoção. E da mesma forma, como fomento à inclusão digital, as redes de Wi-Fi, de internet livre, para que a população, quando ocupar o espaço público, possa ter acesso à internet livremente. Estamos propondo no projeto que os pedidos de adoção, encaminhados à Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade, sejam respondidos em 30 dias, para que não haja nenhuma demora, nenhuma morosidade. A empresa, a entidade da sociedade civil que quiser adotar um espaço público vai ter uma resposta em 30 dias, e vão poder ali fazer investimentos importantes que o cobertor curto do orçamento público não permite; no máximo, hoje, a Prefeitura consegue apenas cortar grama, Ver. Márcio recolher ou varrer o lixo do entorno. Temos que tornar mais atrativa a oferta de adoção, mas não só pela regra da publicidade. Temos que ofertar condições para que outros equipamentos sejam incorporados ao projeto original da praça, fazendo com que mais pessoas ocupem esses locais. Nós não vamos apenas promover, por exemplo, segurança pública, no ambiente urbano, com mais policiais nas ruas.

O Governo do Estado tem feito a sua parte, tem aumentado, a cada mês, o efetivo da Brigada Militar nas ruas de Porto Alegre e também nos Municípios do interior do Estado. E os efeitos já são sentidos nas ruas. Agora, a Prefeitura Municipal tem que agir em outras frentes; e a frente de estimular a ocupação qualificada dos espaços públicos, chamando o setor privado, a sociedade civil para compartilhar essa responsabilidade, é de extrema importância. Nós vamos combater também a criminalidade, Ver.^a Mônica, convivendo mais nas vias, nas ruas, nas praças e nos parques da Cidade. O último final de semana foi um bom exemplo disto: várias festas alusivas a São João, várias festas juninas acontecendo na rua, no espaço público, que é de uso comum, de uso coletivo.

Então, esse projeto, de que sou autor, que estimula a busca por maiores interessados na adoção de praças e equipamentos públicos é uma boa saída, não gera nenhuma despesa para aos cofres municipais, indo na mesma linha de fazer crescer as

parcerias privadas e também com a sociedade civil para que a nossa Porto Alegre ganhe mais e melhores espaços de convivência. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro, agradeço o espaço. Chamou-me a atenção que entrou um projeto de lei que vamos analisar com vagar, mas que quero elogiar, do Executivo. Eu já falei, em alguns momentos da tribuna, que o Previmpa estava preparando, Ver. José Freitas, projetos interessantes para a sustentabilidade do Previmpa, que não passavam pelo confisco do salário do servidor. Então tem todo o nosso apoio um projeto como esse que dispõe sobre o aporte em móveis e imóveis para amortização do déficit autarial do Departamento de Previdência dos Servidores do Município de Porto Alegre. Então, o Governo Municipal, sem ainda eu ter me aprofundado no tema, vem dispor ou criar um dispositivo legal em que a possibilidade de imóveis de propriedade do Município possa vir a ser uma alternativa para compensar déficit do Previmpa. E isso me dá o ensejo, Ver. Mauro, de falar do tema do Previmpa, porque nós vimos dizendo que há alternativas para o que nós consideramos não um déficit a ser corrigido pela alíquota, pelo confisco de salário, mas é um déficit assumido pelo Governo quando escolheu os dois regimes: o regime de repartição simples, até 2001, e o regime de capitalização, após 2001. Ora, a repartição simples considerava que os servidores que haviam ingressado no Município de Porto Alegre até 2001, estes, que antes contribuía apenas para pensão, 4,75%, não era responsáveis pelo déficit que seria produzido num novo regime porque para trás, dez anos, cinco anos, não contribuiu com onze, porque não era essa a regra, não era essa a legislação, não era essa a obrigação do servidor. Foi construído esse regime de repartição simples com a responsabilidade do Município, sim, continuar pagando essas aposentadorias, através da sua conta corrente, através da sua receita. Ora, existem alternativas para aliviar essa conta, eu insisto: repartição simples é um grupo fechado, é um grupo em extinção – disse isso na audiência pública, Ver. Oliboni. Então, desse grupo não se pode dizer que isso é um déficit, é um buraco sem fundo; não é um buraco sem fundo, ele é um regime fechado, terminou o ingresso nele em 2001. Ninguém mais, depois de 2001, portanto há 16 anos, ingressa nessa conta; essa conta, depois que terminar de se aposentar essa geração, vai reduzir, Ver. Mauro, até sua extinção. Então, parece-me uma boa medida o Governo Municipal colocar imóveis para compor ou capitalizar, por exemplo, o outro regime de capitalização e passar funcionários do regime de repartição simples para o regime de capitalização. Parece-me muito inteligente, muito bom para passar o período conjuntural de crise, uma alternativa que não penaliza nem os servidores nem a cidade de Porto Alegre.

Agora, ao lado disso, o Ver. Márcio Bins Ely, que é o relator do Previmpa, estou aqui defendendo esse projeto de lei do Município. Eu não sei se o senhor viu que o Município entrou com um projeto de lei para usar imóveis para o déficit do Previmpa, que está em pauta neste momento. Ao lado disso, nós precisamos de políticas de incentivo à permanência; nós não podemos continuar incentivando a aposentadoria, porque essa forma de tratar o funcionalismo, essa forma de perseguir o funcionário, essa forma de assédio que vimos no Facebook, vimos em entrevistas, está fazendo com que os servidores queiram se aposentar mais cedo. É impressionante, até maio deste ano, mais servidores pediram a aposentadoria do que o ano passado inteiro. Claro que tem o contexto da reforma que o governo golpista Temer quer fazer, as pessoas também ficam assustadas com isso. Mas, em Porto Alegre, há um incômodo muito grande no funcionalismo, que está acelerando a sua aposentadoria. Então, ao lado de medidas para a Previdência, nós queremos estímulo à permanência. E eu sei que o Previmpa está estudando isso, e estou aqui insistindo que venha projeto para cá estimulando a permanência. Por quê? Porque nós temos servidores muito qualificados, ainda muito motivados, com muito boas condições de trabalho. Nós não queremos estimular a permanência lá numa condição em que o servidor precise ir para a aposentadoria, não tenha mais condição física, precise ir para o sossego. Mas tem uma faixa etária aí dos 53, 54 anos, pelos quais, hoje, é possível se aposentar, na soma dos 30, 35 anos de trabalho. Então, esse povo que está com 50, pode ir aos 60 anos plenamente com estímulo à permanência. Então, me parece que medidas como esta são muito mais salutares do congelar salário, do que confiscar salário aumentando alíquota, do que aplicar assédio moral com ponto, com retirada de horas, porque isso está desestimulando o funcionário municipal.

Então, nós vamos olhar com bastante carinho, Ver. Carús, esse projeto de lei aqui do aporte de patrimônio, e parece que ajuda a resolver uma equação bem resolvida há 16 anos, bem resolvida. O nosso Previmpa tem 1 bilhão e quase 500 mil reais capitalizados. E tem vindo bem a gestão do Previmpa, com um conselho deliberativo composto metade pelo Governo e metade pelos funcionários. E isso aí é muito importante para responsabilizar ambos, funcionalismo e governos, que passam, depois os funcionários ficam. Então, nós construímos de forma muito sábia uma composição compartilhada para todos terem responsabilidade com o Previmpa. Parece-me que agora começam a aparecer alternativas que podemos aplaudir.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h59min.)

* * * * *